



Saúde & Transformação Social / Health & Social Change

E-ISSN: 2178-7085

rodrigomoretti@ccs.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

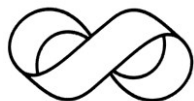
Bernardes Faria Campos, Renata; Marcia Castro, Josiane
Áreas Verdes: Espaços Urbanos Negligenciados Impactando a Saúde
Saúde & Transformação Social / Health & Social Change, vol. 8, núm. 1, 2017, pp. 106-
116
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265351592012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Metassínteses Qualitativas e Revisões Integrativas

Áreas Verdes: Espaços Urbanos Negligenciados Impactando a Saúde

Green Areas: Urban Spaces Neglected Impacting the Health

Renata Bernardes Faria Campos¹
Josiane Marcia Castro¹

¹ Universidade Vale do Rio Doce

Resumo: A relação homem, meio ambiente e saúde é ampla e se projeta sobre a perspectiva de uma melhor qualidade de vida. As dificuldades urbanas enfrentadas atualmente, tais como poluição do ar e da água, enchentes, barulho em excesso, violência, entre outros, causam sérios prejuízos à saúde física e mental da população. No intuito de minimizar estes problemas, as áreas verdes, em especial as públicas, vêm sendo destaque pelos benefícios que podem trazer para a saúde e bem-estar por meio da melhoria da qualidade ambiental e de vida da população ao desenvolver funções ecológicas, sociais e de lazer. Nesse contexto, o presente trabalho trata a conservação de áreas verdes, nos espaços urbanos, como uma atividade que demanda essencialmente o diálogo interdisciplinar. Buscou-se identificar a importância das áreas verdes para melhoria da saúde da população, através de uma pesquisa bibliográfica acerca da temática, adotando-se como critérios de inclusão artigos publicados em periódicos científicos e os descritores: "interdisciplinaridade", "áreas verdes", "qualidade de vida", "gestão" assim como combinações e variações destes descritores. Conclui-se que o processo de gestão pública para a conservação de áreas verdes urbanas, demanda a abordagem interdisciplinar, capaz de considerar a complexidade de fatores que concorrem para sua efetivação. Para tanto, faz-se necessário considerar sua caracterização física e socioambiental, assim como as funções ecológicas, sociais, estéticas, educativas e psicológicas, destes locais que ampliam a qualidade de vida da população de seu entorno, sendo decisivos para a sustentabilidade urbana em longo prazo.

Palavras-chave: engenharia ambiental; planejamento ambiental; qualidade de vida e saúde ambiental.

Abstract: The relationship between man, the environment and health is wide and is projected on the prospect of a better quality of life. Urban difficulties currently facing, such as air pollution and water pollution, flooding, excessive noise, violence, among others, cause serious damage to physical and mental health. In order to minimize these problems, the green areas, especially public ones, have been highlighted by the benefits they can bring to the health and well-being through improved environmental quality and life of the population in developing ecological, social and leisure. In this context, the present work deals with the conservation of green areas in urban areas, as an activity that essentially demand interdisciplinary dialogue. We sought to identify the importance of green areas to improve the population's health through a literature search on the topic, adopting as inclusion criteria published in scientific journals and the descriptors: "interdisciplinarity", "green areas" "quality of life", "management" as well as combinations and variations of these descriptors. We conclude that the public management process for conservation urban green areas, demand an interdisciplinary approach, able to consider the complexity of factors that contributes to its effectiveness. Therefore, it is necessary to consider their physical and environmental characteristics, as well as the ecological, social, aesthetic, educational and psychological functions of these sites that enhance the quality of life of the population of their surroundings, being decisive for urban sustainability long deadline.

Keywords: environmental engineering; environmental planning; quality of life and environmental health.

1.Introdução

Áreas verdes são definidas como os espaços, onde há o predomínio de vegetação arbórea, incluindo as praças, os jardins públicos e os parques urbanos, além dos canteiros centrais e trevos de vias públicas (Resolução CONAMA Nº 369/2006)¹. A conservação das áreas verdes urbanas se justifica por sua contribuição para a melhoria da qualidade ambiental em espaços urbanos, por meio das funções sociais, ecológicas, históricas, estéticas e educativas que podem desempenhar². De modo objetivo, a escassez de áreas verdes intensifica a formação de ilhas de calor urbanas³, afeta a qualidade do ar⁴ e aumenta a intensidade da ocorrência de inundações e enchentes⁵.

Podemos considerar que a existência de áreas verdes terá implicações para a saúde da população, afinal para compreender o processo de saúde-doença em todo ciclo da vida, faz-se necessário entender o indivíduo em seu meio físico, biológico, social e econômico. Nesta mesma perspectiva, é necessária a observação das interações dos segmentos das sociedades humanas com o espaço geográfico onde estão inseridas⁶.

“A saúde [...] é resultante também da organização da vida cotidiana, da sociabilidade, da afetividade, da sensualidade, da subjetividade, da cultura e o lazer, das relações com o meio ambiente. Dessa forma, [...] a saúde resulta do conjunto da experiência social, individualizado em cada sentir e vivenciado num corpo que é, também, biológico”⁷.

Portanto, a qualidade ambiental de onde a população urbana reside e interage entre si e com o meio tem implicações para o processo saúde-doença, de maneira individual ou coletiva, no que tange aos aspectos físicos, mentais e sociais⁸. Segundo Lorenzi⁹

“um dos efeitos benéficos mais importantes da vegetação em ambientes (...) diz respeito à satisfação psicológica do ser humano. Caminhar sob árvores, (...) e entre flores, satisfaz o desejo, muitas vezes inconsciente, do contato com o verde, do elo com a natureza”⁹.

A despeito da importância destas áreas para o bem-estar da população urbana, atualmente, o crescimento populacional desordenado nas cidades acarreta, muitas vezes, desatenção relativa às áreas verdes. Esta forma de gestão das cidades priva grande parte da população de espaços que muito podem favorecer os cidadãos em seu bem-estar contribuindo para a promoção da saúde¹⁰.

Com base nessa discussão, propõe-se uma reflexão sobre a relação das áreas verdes urbanas com a saúde que vá além de uma visão reducionista que contempla somente o aspecto biológico. Portanto considera-se no presente artigo, o conceito ampliado de saúde, que vê o ser humano de maneira holística¹¹. Esta contribuição se dá no contexto de profundas mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, tais como a mudança do perfil epidemiológico, o processo de urbanização e a intensificação das relações sociais que acarretam novas possibilidades epidêmicas causadas pelo processo de globalização¹².

Este contexto acarreta o surgimento de novos agravos e o reaparecimento de doenças potencialmente controladas, devido à negligência de questões ambientais e sua relação com a saúde, a exemplo das viroses dengue, chikungunya e zika vírus. Outros agravos dentre os quais apontamos a síndrome da fadiga crônica e o burnout, são epidemias do momento, também estão relacionadas diretamente à urbanização desordenada¹³, alta densidade populacional, política de exclusão social, alterações climáticas, precária coleta de resíduos, falta de limpeza urbana e escassez de água. Tal situação requer uma abordagem para além de uma análise superficial do meio ambiente, e sim uma mudança de paradigma, um olhar que se baseie nas formas em que os indivíduos interagem com o meio, subsidiado por um diálogo interdisciplinar¹⁴.

A partir dessas justificativas, a proposta deste trabalho é identificar possíveis impactos a saúde pela falta das áreas verdes nos espaços urbanos para então refletir sobre a gestão destas áreas e a sua relação com a promoção da saúde.

2. Percurso metodológico

A presente reflexão resulta de pesquisa bibliográfica, de natureza exploratório-descritiva através do método qualitativo, cuja coleta foi realizada nas bases de dados SCIELO e Periódicos CAPES acerca da temática. A pesquisa teve como critérios de inclusão artigos científicos publicados nos últimos 20 anos, a partir dos resultados da busca feita utilizando os termos: "interdisciplinaridade", "áreas verdes", "qualidade de vida", "gestão" assim como combinações e variações destes. O material foi triado mediante a leitura dos resumos dos artigos encontrados e, uma vez selecionado aqueles que atendiam aos objetivos deste estudo, o conteúdo de cada texto foi fichado visando ordenar e sistematizar as informações mais relevantes para a construção desta reflexão.

Para tanto, tratou-se brevemente de alguns marcos históricos ligados ao estabelecimento e institucionalização das áreas verdes em áreas urbanizadas, relacionando este processo ao planejamento. Em um segundo momento são apresentados possíveis impactos a saúde devido à falta dessas áreas verdes nas cidades. Por fim, conclui-se apontando a importância de uma gestão pública efetiva, que seja capaz de permitir que as áreas verdes cumpram com sua função no que diz respeito à contribuição para a saúde das pessoas.

3. Resultados e Discussão

As áreas verdes têm importante função na estrutura urbana, ainda que isso mude conforme a época e a cultura, espelhando-se no modo de viver das comunidades onde se inserem. Acredita-se que a primeira função destas áreas se relaciona ao prazer visual e olfativo, e que só a partir do século XIX estas áreas adquiriram uma função utilitária. Em parte, isso deve ter-se dado com o objetivo de manter a cultura de espécies medicinais, ocasionando assim, o surgimento dos jardins botânicos¹⁵. Na primeira metade do século XVII em Pernambuco, por obra do Príncipe Maurício de Nassau, durante a invasão holandesa daquele estado, construiu-se a mais antiga manifestação em termos de paisagismo no Brasil. Mas, antes mesmo da expulsão dos holandeses, pouco ou nada sobrou desta iniciativa, exceto laranjeiras, tangerinas e limoeiros espalhados¹⁶.

O interesse pelas áreas verdes, com objetivos voltados para a conservação e para as potencialidades econômicas da natureza parece ter surgido no século XVIII, de modo adequado aos interesses da coroa portuguesa¹⁵. Desta forma, ao longo do tempo, as áreas verdes têm sido apenas parcialmente consideradas pela gestão urbana, sendo que, os municípios, estados e a União ainda não têm infraestrutura suficiente para implementar um controle ambiental de áreas verdes com a qualidade necessária¹⁷.

O descontrole processual em que se dá o uso do solo dificulta tecnicamente a implantação de infraestrutura, produz altos custos de urbanização e gera desconforto ambiental, tanto térmico, quanto acústico, visual ou de circulação em áreas urbanas. Para agravar este quadro, a população mundial continuará a aumentar nos próximos anos, o que implicará no consumo de mais recursos naturais e na transformação dos espaços verdes em áreas urbanizadas¹⁸.

Neste cenário há que se considerar ainda que a urbanização é um processo impactante no funcionamento dos ecossistemas e compromete a importância das áreas verdes para fins de conservação da biodiversidade. Isso se dá porque um determinado espaço abriga recursos naturais, bióticos e abióticos dependendo do grau e do tipo da intervenção humana. E neste sentido, resultados de pesquisas utilizando insetos para medir o valor de conservação da biodiversidade, indicam que, de fato, praças públicas em áreas comerciais têm menor valor de conservação. Praças públicas em áreas residenciais ficam em segundo lugar, e o maior valor de conservação é atribuído a parques urbanos, aparentemente livres de espécies exóticas¹⁹.

Segundo a Constituição Federal (1988) a proteção do meio ambiente é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A saúde, por sua vez, está assegurada na Constituição Federal como um direito de todos. O artigo 196 dispõe que "A saúde

é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação"²⁰. Logo, se áreas verdes se relacionam com a saúde da população urbana, a sua criação e manutenção fazem parte do conjunto de medidas ligadas ao cumprimento do artigo supracitado.

De modo específico, e interligado com qualidade de vida da população urbana, o art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização"¹. Praças, parques urbanos, parques fluviais, parque balneário e esportivo, jardim botânico, jardim zoológico e alguns tipos de cemitérios são exemplos de áreas verdes, que se constituem, portanto em elementos muito importantes do meio ambiente urbano.

Segundo a lei federal 12651/2012, ou Código Florestal, o poder público municipal, para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, pode exercer o direito de preempção para a criação de áreas de lazer, conforme já dispõe a lei 10257 desde 2001. A lei 12651/2012 ainda prevê o estabelecimento de exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura; e aplicação em áreas verdes de recursos oriundos da compensação ambiental.

Esta legislação resulta em parte do fato de que elevada densidade demográfica, a concentração de áreas construídas, a pavimentação asfáltica do solo e as áreas industriais provocam alterações no clima local, essencialmente nos valores da temperatura do ar em decorrência da ação antrópica. Tal fenômeno torna notório que *a qualidade da vida humana está diretamente relacionada com a interferência da obra do homem no meio natural urbano*³.

Além disso, questões como os alagamentos alteram a importância que se dá a estas áreas, o que fica evidente em 2014, quando a lei federal 12983 aponta a necessidade de que o plano diretor dos municípios deve conter identificação e diretrizes para a preservação e ocupação das áreas verdes municipais, quando for o caso, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.

Ainda que espaços urbanizados ocupem menor área do que o espaço rural, em termos absolutos, na atualidade o número de pessoas que vivem em espaços urbanizados supera a população rural em muitos lugares do planeta num processo crescente desde o início do século passado. Segundo a Organização das Nações Unidas, no Brasil, a projeção da população em espaços urbanos não é diferente da realidade mundial²¹.

O êxodo rural tem acarretado a formação de assentamentos precários localizados em áreas ambientalmente vulneráveis. As desigualdades sociais contribuem fortemente para que as populações de menor renda se desloquem para áreas desprovidas de infraestrutura e frequentemente acabam ocupando e fazendo uso de áreas verdes como local de habitação. Este tipo de situação gera problemas que deveriam conduzir o processo de gestão de crescimento das áreas urbanas²². Neste sentido, a maior parte das cidades atuais pode ser entendida como um organismo vivo muito doente. Elas drenam recursos e populações, produzem espaços congestionados e geram, no rastro do êxodo, desertos demográficos – áreas decadentes e desarticuladas¹⁸.

Logo, o crescimento demográfico e a falta de planejamento urbano, desencadeiam impactos ambientais significativos e conseqüentemente agravos à saúde da população. Em razão da dimensão em que essas tipologias aparecem nos cenários urbanos, tendo em vista, que parte considerável delas é instalada em espaços legalmente protegidos, entende-se que a questão merece uma abordagem a qual envolva um olhar interdisciplinar¹⁸. Além disso, a própria urbanização implica em problemas ambientais (já citados neste texto) que podem ser reduzidos com a presença de áreas verdes.

Na medida em que se tornam mais raras e menores, são cada vez mais valorizadas. Imóveis próximos ou com vistas para parques e praças são para poucos privilegiados e custam mais caro¹⁷. Portanto, essa situação é geradora de conflitos, principalmente ligados ao aspecto econômico, envolvendo empreendedores que entendem o espaço como fonte de lucro particular, e a comunidade que pode usufruir indireta e coletivamente dos benefícios da existência destas áreas a sua saúde.

3.1 Áreas Verdes e Saúde

As dificuldades urbanas enfrentadas atualmente, tais como poluição do ar e da água, enchentes, barulho em excesso, violência, entre outros, causam sérios prejuízos à saúde física e mental da população. No intuito de minimizar estes problemas, as áreas verdes, em especial as públicas, vêm sendo destaque pelos benefícios que podem trazer para a saúde e bem-estar por meio da melhoria da qualidade ambiental e de vida da população ao desenvolver funções ecológicas, sociais e de lazer ^{23,24}.

Serviços ambientais como a redução de alagamentos, regulação climática por meio do aumento da umidade e redução da poluição atmosférica por particulados relacionam-se diretamente com a presença de áreas verdes. Portanto, planejar, projetar e monitorar uma infraestrutura verde pode ser uma maneira de reduzir enchentes e deslizamentos, incrementar o transporte "limpo", capturar carbono, melhorar a qualidade das águas e a saúde da população com consequentes benefícios econômicos, contribuindo em última instância para a sustentabilidade urbana de longo prazo²⁵.

O processo de ocupação de áreas verdes para a construção de moradias tem como principal característica a retirada das árvores, a "limpeza" do terreno e a posterior impermeabilização do solo. A intensificação desse processo gera sérios problemas de alagamento, desabamento, vulnerabilidade a fortes ventos, o que além dos transtornos de ordem ambiental, impacta também na saúde das pessoas. Conforme estudo realizados na cidade de Manaus, altos índices de malária em razão do uso intensivo do solo e a ausência de planejamento urbano pelas atividades humanas, ocasionaram disfunções espaciais e ambientais, repercutindo na qualidade de vida das pessoas e de modo diferenciado, atingindo na maioria das vezes de forma intensa a população de baixa renda²⁶.

É importante destacar que áreas verdes atuam concomitantemente sobre o lado físico e mental do ser humano. Objetivamente, estas áreas atenuam o calor do sol e constituem-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar. Outra vantagem que justifica a presença de espaços verdes seria o isolamento acústico proporcionado por alguns jardins, a presença de árvores que preenche importante papel na formação de cenários paisagísticos agradáveis, e que são planejados e organizados para funcionar como uma verdadeira "tela acústica", divisores entre as áreas residenciais e as áreas industriais²⁴.

Além disso, a disponibilidade de espaços verdes próximos das residências potencializa a sua utilização, para a prática de exercício físico, para caminhar e relaxar, podendo revelar-se um fator fundamental na melhoria da qualidade de vida da população²⁷. No plano psicológico, abrandam o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações, contribuem para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantas outras vantagens, entretanto tudo isso se tornou banalizado ou relegado ao esquecimento. Entretanto, a conservação das áreas verdes tem sido apontada como capaz de contribuir para que os indivíduos desenvolvam uma melhor autoestima juntamente com relações sociais positivas, estimulando a imaginação e criatividade, a sensação de liberdade, aspectos cognitivos e a saúde mental.

Pesquisa realizada na Suécia, em 2003, comprovou que a presença das áreas verdes abertas e próximas às cidades diminui a incidência de doenças relacionadas ao estresse, como a Síndrome de Burnout, a insônia, a fadiga, a depressão, os sentimentos de pânico e outras doenças ligadas ao sistema nervoso, que implicam o controle da pulsação, circulação e respiração, contribuem no restabelecimento da saúde física e emocional dos seres humanos. Ainda o contato com a natureza estimula os hormônios e o relógio biológico, os quais influenciam no estresse, diminuindo a depressão e a ansiedade e melhoram o sono²⁴.

Neste sentido, as Equipes Saúde da Família deveriam valer-se das benfeitorias que as áreas verdes proporcionam à saúde da população. Tais espaços de socialização, poderiam ser incorporados à estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS), cujo foco encontra-se nas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças direcionadas aos grupos de saúde, como idosos, hipertensos, diabéticos, jovens e gestantes envolvidos na atenção básica de saúde. A adoção desta medida permitiria a elaboração de políticas públicas que integrem o ambiente e a saúde e que beneficiem as comunidades numa perspectiva coletiva.

Entretanto, os espaços destinados às praças, parques públicos, cedem lugar a estacionamentos, ou então passam a ser território de desocupados, prostitutas e toda sorte de miséria humana. As calçadas, tomadas de assalto por camelôs e ambulantes, não permitem o fluxo dos pedestres, espaços esses que a eles pertencem. Transformaram-se em áreas para crescimento natural do mato, onde o cidadão, sem poder usufruir para atividade de lazer e bem-estar, vê-se acuado entre o local de trabalho e sua residência^{15, 28}.

Na contramão da promoção da saúde, o que seria um espaço para oportunidade do exercício de convivência solidária entre os indivíduos e natureza, para a interação familiar e estabelecimento de novas relações de amizades, devido ao abandono das áreas verdes, passa a ser local de acúmulo de lixo e violência. Esta situação demonstra a fragilidade das instituições, a falta de educação, o despreparo e até o desamparo de uma sociedade, comprometendo a saúde da população²⁹. Destaca-se aqui que a falta de acessibilidade ao espaço verde, falta ou má qualidade de infraestrutura, assim como sinais de falta de segurança (vandalismo, pichações e má iluminação) podem ocasionar o esvaziamento que implica em menor identificação da população e consequente redução na valorização destes espaços num ciclo vicioso.

"...a redução do apreço e o esvaziamento das áreas verdes nos espaços públicos urbanos não são acidentais. Além das razões demográficas e econômicas, que estariam por traz desta neutralização dos espaços públicos das cidades, existe outra razão que leva as pessoas a tolerar este empobrecimento de suas experiências cotidianas na cidade. Esta transformação da cena urbana "em uma realidade pasteurizada, formada de espaços neutros e suavizados que pretendem remover todos os riscos implícitos nos contatos sociais indesejados, reflete um medo de exposição a uma realidade social ameaçadora"²⁹".

3.2 A importância do diálogo interdisciplinar na Gestão das Áreas Verdes

As ações públicas e privadas, intersetoriais e interinstitucionais são fundamentais para a promoção da saúde da população. Estas ações devem reunir equipes que trabalhem interdisciplinarmente, na busca não somente de desenvolver ações mitigadoras, mas ações que lidem com a essência de questões estruturais, que concorrem para a origem dos problemas de saúde, dentre as quais, este artigo destaca as áreas verdes³⁰. Infelizmente, áreas verdes são frequentemente negligenciadas pela gestão pública, que frequentemente, prioriza aspectos econômicos e sociais, em detrimento de aspectos ambientais e culturais²⁸. A criação e manutenção das áreas verdes fazem parte do ordenamento urbano, onde desempenham diversas funções, dentre as quais se destacam os aspectos ecológicos, de saúde, estético e de lazer, sendo por isso, espaços da estrutura urbana, com pouca ou nenhuma construção.

Ao mudar o paradigma da natureza como paisagem valorizada, o ambientalismo contemporâneo abriu caminho para a reincorporação da natureza à sociedade urbana. Entretanto, o mesmo espírito conservacionista que protegeu ecossistemas naturais, também selecionou paisagens naturais para serem mercantilizadas e transformadas em novas territorialidades das elites urbanas – agora, com *status* de guardiãs da natureza. O acesso seletivo às paisagens naturais preservadas e valorizadas pelo lazer e pelo turismo (litorais, montanhas, florestas, parques urbanos), ganhou atributo de distinção social e tem contribuído para o fortalecimento das desigualdades sócio-espaciais, seja no campo ou na cidade³¹.

Ao analisarmos anúncios de imobiliários podemos perceber que existem certos conceitos que se repetem como a segurança, a exclusividade, as facilidades ou comodidades, a privacidade, e o contato com a natureza. O que se compra com a aquisição desses lotes não é apenas uma superfície de solo, mas todos os símbolos ligados ao seu marketing. A publicidade promove um mundo urbano sem os problemas sociais do mundo fora dos muros dos condomínios, pretendendo vender uma vida idealizada e sem inconvenientes contribuindo para as distâncias sociais e criando meios de afirmação da diferença e das desigualdades sociais³². O confinamento territorial das classes médias e das elites sociais ignora que a construção das paisagens na cidade é constituinte da organização da cidadania. Ao estabelecer os entraves, a sociedade contemporânea rouba as paisagens da esfera pública e ergue barreiras impeditivas de uma sociabilidade mais híbrida e democrática, criando um território de exclusão³³.

Os principais problemas da gestão das áreas verdes, que estão relacionados à política de planejamento urbano: desarticulação entre as secretarias sobre o uso e ocupação desse espaço; ausência de critérios para a distribuição de áreas de lazer de acordo com as peculiaridades de

cada local, com maiores investimentos em espaços mais valorizados; falta de manutenção; cadastro das áreas desatualizado; deficiência de um plano de zoneamento ambiental alinhado com o Plano Diretor com ações efetivas; ausência de um plano de arborização urbana coerente com as legislações municipais de uso e ocupação do solo, não considerando a biologia da espécie e o terreno a ser plantado, bem como sua manutenção; reduzido ou inexistente corpo técnico capacitado; mudança de governo e consequente alteração de prioridades de planos e ações ³⁴.

Carbone e colaboradores³⁵ citam Levent e Nijkamp (2004) afirmando que a qualidade e viabilidade das cidades dependem amplamente do desenho, gestão e manutenção do verde urbano. Entretanto, seu estudo não encontrou nenhum trabalho que tenha tomado por foco a gestão de áreas verdes de São Paulo como um todo, abrangendo os instrumentos legais, econômicos, administrativos e institucionais. Um dos maiores entraves encontrados por estes autores foi o grande número de cargos comissionados na gestão de tais áreas, juntamente com a ausência do emprego de mão de obra qualificada para tal, assim como a falta de instrumentos de gestão participativa que confirmam transparência política urbana³⁶. Por outro lado, os mesmos apontam a baixa procura para participação nos conselhos de meio ambiente, aliada à crença de que ela não resultará em benefícios reais à falta de tempo para dedicação ao processo participativo³⁵.

Junte-se a esta situação, o fato de que as áreas verdes urbanas, muitas vezes não são valorizadas pelo poder público, menos ainda pela população. As mesmas áreas são valorizadas somente pelo potencial construtivo que representam. Uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais em geral e das áreas verdes públicas em si está na existência de diferenças na percepção do seu valor entre os indivíduos de culturas e/ou grupos socioeconômicos distintos. Como afirma Tuan³⁷:

“Nesse sentido, cabe um estudo voltado ao diagnóstico da relação existente entre o uso das áreas verdes públicas e o real significado que essas desempenham no entendimento do usuário. O valor simbólico do espaço público induz à sua preservação ou sua destruição em função do descaso em relação à sua conservação, a partir do momento que o indivíduo não se sente parte integrante desse ambiente ³⁷”.

Assim, em diversos casos, essas áreas são consideradas como ônus ao invés de serem tidas como bônus para os proprietários, que desconhecem os benefícios e estímulos existentes na legislação urbanística e ambiental. Desta forma, fica evidente a necessidade de sensibilizar a população, por meio da divulgação de informações que enfatizam seus benefícios, enquanto estratégia para garantir sua conservação³⁸.

Nessa abordagem ligada ao uso solo, intervenções em áreas verdes públicas, de modo geral envolvem polêmicas ligadas, não somente à sua estrutura física, mas, sobretudo à sua função social, geoambiental e estética. Tais espaços, assediados pelas condições pós-modernas, já não trazem consigo a significância de um tempo. Tal fato traz implicações à gestão pública, que administra situações de déficit habitacional (quantitativo e qualitativo) simultaneamente à conservação de espaços verdes em condições de ocupação. Aliadas a esta dinâmica, soma-se a artificialização e a crescente compactação das paisagens urbanas³⁹.

Estes fatos indagam questões sobre a qualidade de vida e a percepção que os cidadãos urbanitas apresentam sobre a presença da natureza nestes aglomerados, uma natureza entendida, muitas vezes, como um patrimônio natural de uma cidade³⁹. Atualmente, discutir a realidade do espaço urbano em que vivemos é um desafio. Percebe-se um afastamento entre a vida urbana e as unidades ecossistêmicas que integram um determinado território, que se contrasta com a crescente conscientização ambiental da sociedade.

Os parques urbanos, na percepção dos atores sociais, representam as mais diversas sensações como ver, cheirar, ouvir, passear, deter-se, recordar, e podem por isso ser considerados como trunfos em cada território e suas territorialidades. Porém, não em qualquer território, mas aquele vivenciável, isto é, uma coleção de fragmentos de lugares de cidades vivenciadas, percebidas por todos os sentidos humanos. Seria uma forma de conseguir criar um ambiente de qualidade nos centros urbanos da contemporaneidade em toda e qualquer parte do mundo, inclusive o Brasil⁴⁰.

Áreas verdes, enquanto patrimônio ambiental são capazes de influenciar o uso atual do seu espaço, corroborando para sua valorização como região propícia ao lazer, ao entretenimento e qualidade de vida. A valorização simbólica desta região, como paisagens distintivas, exerce papel fundamental nesse processo, pois é ela que estimula o imaginário social e compatibiliza a nova racionalidade da normatização ambiental às permanências de formas e práticas tradicionais. Porém, tem se transformado em uma nova territorialidade, uma região tão singular dos municípios em centros rústicos de consumo e entretenimento ao ar livre da classe média e alta, que buscam atualmente, paisagens naturais no contexto de um consumo globalizado³³.

Neste cenário é preciso considerar que as classes elitizadas maior chance de influenciar o poder público para a promoção de melhorias na qualidade de vida urbana e, contraditoriamente, são justamente as que infringem as normas urbanísticas de áreas de preservação histórica e ambiental⁴¹. Assim, embora se constate que o uso irregular do espaço urbano está longe de ser exclusividade das classes menos favorecidas, e a informalidade das ocupações urbanas em áreas verdes tem comprometido a cobertura vegetal, a exemplo da produção de lixo, contribuindo para desestabilização desses espaços.

Fato é que estes espaços são palcos onde a vida coletiva acontece, onde somos todos semelhantes e estamos todos "em casa". Os benefícios ecológico-ambientais são dificilmente mensuráveis em termos econômicos, e não raro são negligenciados pela gestão pública. Preservar esse patrimônio ambiental, fragmentos de áreas verdes ainda existentes em nossas cidades, implica agregar e reforçar valores culturais e científicos a essas representações simbólicas, dando às mesmas dimensões sócio-educativas. Urge, portanto, o estabelecimento de uma harmonia entre o homem e o ambiente natural, de forma a usufruir de seus benefícios inerentes ao bem-estar que estão diretamente vinculadas ao componente vegetal, atendendo ao aspecto cultural e psicológico do ser humano, proporcionando uma melhor qualidade de vida⁴².

O grau de descaso ou não com esses lugares dependerá diretamente da relação onde o agente atua segundo seus conhecimentos, as informações que introjeta e aplica no seu campo de ação: o espaço vivido, o lugar. A conservação se dará segundo a quantidade e qualidade de informações recebidas nesse sentido, além das experiências vividas que atribuem relevância a essa conduta. O desafio contemporâneo encontra-se na criação de lugares, ou seja, de espaços impregnados de vivências, de diferentes topofilias, portadores de símbolos, sensações e significados que um patrimônio ambiente pode representar aos seus atores sociais⁴³.

A multiculturalidade e seu desdobramento na ideia de multiterritorialidade podem conduzir a uma visão da cidade a partir de uma cartografia particularista e não problemática das interações sociais, ao fixar grupos, identidades a lugares. Como alternativa, os termos interculturalidade e, por dedução, interterritorialidade, têm sido propostos como formas de elaborar uma leitura híbrida da diferença cultural e suas interações, em permanente movimento na cidade. Nesta perspectiva, as negociações que fazem da cultura e do espaço um lugar, um território, não são produtos do lugar e do território. Portanto, o afeto dos moradores com as questões ambientais do território permite constituir redes sociais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local⁴⁴.

4. Considerações finais

O presente artigo relata a existência de diversos estudos acerca da relação entre a existência de áreas verdes nos centros urbanos e a saúde da população. Para além da redução de riscos de cheias e deslizamentos, a existência destes espaços pode contribuir para a redução de doenças atuais e aumento na qualidade de vida dos cidadãos urbanos. Entretanto, tais espaços não são valorizados pelos benefícios que podem conferir, sendo negligenciados pelos governos e comunidades em geral.

Com intuito de prever diretrizes, objetivos, metas, ações e avaliações integradas com as partes interessadas, é imprescindível incluir os departamentos da Prefeitura Municipal envolvidos direta e indiretamente com o assunto, além dos cidadãos, num processo de planejamento e gestão participativa. Para isso, é imprescindível a ampla divulgação de seus benefícios àqueles que têm o direito de usufruir de tais espaços.

Diante do exposto, conclui-se que o processo de gestão pública para a conservação áreas verdes urbanas, demanda a abordagem interdisciplinar, capaz de considerar a complexidade de fatores que concorrem para sua efetivação. Para tanto, faz-se necessário considerar a caracterização física e socioambiental, assim como as funções ecológicas, sociais, estéticas, educativas e psicológicas, destes locais que ampliam a qualidade de vida da população de seu entorno, sendo decisivos para a sustentabilidade urbana em longo prazo.

Agradecimentos: Fapemig, PPG Gestão Integrada do Território/UNIVALE

Referências Bibliográficas

1. Brasil. Ministério da Saúde. CONAMA. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução n. 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/Conama> . Acesso em: 20.07.2016.
2. Londe PR, Mendes PC. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. Hygeia(Uberlândia) 2014;10(18): 264-72.
3. Lombardo MA. Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec; 1985. 244 p.
4. Schuch MIS. (Dissertação) Arborização urbana: uma contribuição à qualidade de vida com uso de geotecnologias. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2006.
5. Araujo CMA, Ferreira CCM. Áreas verdes públicas em Juiz de Fora, MG. Ambiência 2016; 12(1):33-47.
6. Carvalho MS, Zequim MA. Doenças infecto-contagiosas relacionadas as carências habitacionais na cidade de Londrina-Paraná (Brasil). Scripta Nova 2003.
7. Silva AS, Souza JG, Leal AC. Qualidade de vida e meio ambiente: experiência de consolidação de indicadores de sustentabilidade em espaço urbano. Sustentabilidade em Debate 2012; 3(2):177-95.
8. Almeida MABD, Gutierrez GL, Marques R. Qualidade de vida definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. Escolas de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP). São Paulo, 2012.
9. Lorenzi, H. Árvores brasileiras. São Paulo: Plantarum; 1992.
10. Campello, CC. Áreas verdes: índices que sustentam a vida. São Paulo: Ministério Público de São Paulo, 2008.
11. Tanaka OY, Ribiero EL. Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. Ciênc Saúde Coletiva 2009;14(2):477-86.
12. Guimarães LG, Santos CA. Análise ambiental como subsídio ao planejamento urbano: o caso de Boa Esperança (MG). Paisagem e Ambiente 2015; 36: 69-90.
13. Zorzanelli R, Vieira IA, Russo J. Diversos nomes para o cansaço: categorias emergentes e sua relação com o mundo do trabalho. Interface comum saúde educ 2016; 20(56): 77-88.
14. Ritter C. Reflexões epistemológicas sobre os "territórios de identidade". Revista Geografar 2011; 6(1):95-109.
15. Loboda CR, Angelis BLD. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. Ambiência 2009; 1(1):125-39.
16. Andrade LMS, Romero MAB. A importância das áreas ambientalmente protegidas nas cidades. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR 2005;11.
17. Philippi Jr A, Romero MDA, Bruna GC. Curso de gestão ambiental. Manole 2014;13.
18. de Godoy Rosin JAR, Teixeira MA. Regularização fundiária sustentável: desafios de uma política estatal em APPs urbanas. Rev Nac Gerenc Cidades 2013;1(2).
19. de Vasconcelos MF, Pacheco JF, Parrini R. Levantamento e conservação da avifauna na zona urbana de Marabá. Cotinga 2007; 28: 45-51.
20. Teixeira C. Os princípios do sistema único de saúde. Texto de apoio elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde. Salvador, Bahia, 2011.
21. Souza MCC, Amorim MCCT. Qualidade ambiental em áreas verdes públicas na periferia de Presidente Prudente (SP): os exemplos dos bairros Humberto Salvador e Morada do Sol. Caminhos de geografia 2016; 17(57):59-73.
22. Costa MCL. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. Hist Ciênc saúde-Manguinhos 2004;11(1): 57-74.
23. Costa RGS, Colesanti MM. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. RA'E GA (UFPR). 2011; 22:238-51

24. Perehouskei NA, Angelis BLD. Áreas verdes e saúde: paradigmas e experiências. *Diálogos & Saberes* 2012;8(1):55-77.
25. Herzog CP, Rosa LZ. Infraestrutura verde: sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana. *Rev Labverde* 2010;1: 92-115.
26. Nogueira ACF, Sanson F, Pessoa K. A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. *Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. Florianópolis 2007;21-26.
27. Santana P, et al. Avaliação da qualidade ambiental dos espaços verdes urbanos no bem-estar e na saúde, in SANTANA, P. (ed.) *A Cidade e a Saúde*, Edições Almedina, Coimbra. 2007;219-46.
28. Justino AS, Nascimento DC. Os desafios da gestão de parques urbanos: estudo de caso do parque municipal do Distrito Industrial, Uberlândia, MG. *Períod Téc Científ Cidades Verdes* 2015; 3(5).
29. Crichyno J. Áreas verdes: bem-estar e segurança nos espaços públicos na área central da cidade do Rio de Janeiro. *Períod Téc Científ Cidades Verdes* 2015; 3(4).
30. Torres M, et al. Saúde e bem-estar em meio urbano: das políticas à prática. *Rev Port Saúde Pública* 2013; 31(1): 95-107.
31. Luchiarl MTPD. A mercantilização das paisagens naturais, in: Bruhns HT, Gutierrez GL. (orgs.). *Enfoques contemporâneos do lúdico: III Ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas: Autores Associados, 2002.
32. Perehouskei NA, et al. O perfil dos usuários e a relação das áreas verdes urbanas nos serviços públicos de saúde de Mandaguari (PR). *Sociedade e Território* 2014;26(1): 17-42.
33. Trevisan FL, Paes MTD. Conservação ambiental e urbanização - as contradições sócio-espaciais na área de proteção ambiental municipal de Campinas. *Terra Livre*. São Paulo/SP 2009; 1(32): 31-46.
34. Souza JR, Melo CASM. Os parques urbanos como indicadores de qualidade de vida: análise dos parques urbanos de Uberlândia-MG. *Períod Téc Científ Cidades Verdes* 2014; 2(3).
35. Carbone A S, et al. Gestão de áreas verdes no município de São Paulo: ganhos e limites. *Ambiente & Sociedade* 2015;18(4): 201-20.
36. Perehouskei NA, Angelis BLD. A influência das áreas verdes nos serviços públicos de saúde na cidade de Mandaguari, Paraná, Brasil. *J Health Biol Sci* 2014;2(2):74-83.
37. Tuan Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. 2ª. edição. Editora Difel. São Paulo, 1980.
38. Panasolo A, et al. Áreas verdes urbanas privadas de Curitiba: uma proposta de valorização para conservação (estudo de caso). *Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer – Goiânia* 2014;10(19): 2731-44.
39. De MacedoRego GSM, Fernandes JLJ. A topofilia dos cidadãos para com o patrimônio natural urbano: o caso da cidade de Coimbra. *GeoTextos* 2012;8(1):11-32.
40. Pedrosa JAG, GAIA, MCM. Caracterização dos usos e funções de duas áreas verdes públicas urbanas no município de Nova Lima, Minas Gerais. *Acervo da Iniciação Científica* 2014;2. Disponível em: <file:///C:/Users/Renata/Downloads/515-1451-1-PB.pdf> Acesso em: 26.07.2016.
41. Reis N.G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo. Via das Artes. 2006.
42. Belmiro, A, et al. Área verde benefícios para a humanidade, saúde pública e qualidade de vida. Universidade Bandeirante de São Paulo, 2012; Disponível em: <http://www.revistaeca.org/pf.php?idartigo=1441> Acesso:26.07.2016
43. Kanashiro M. *A cidade e os sentidos: sentir a cidade*. Desenvolvimento e Meio ambiente. Editora UFPR 2003; 7:155-60.
44. Santos RE, Rego N. O eixo temático cidade-urbano dos encontros nacionais de geógrafos (ENGs) da associação dos geógrafos brasileiros (AGB): um balanço da produção 2008-2012. *Terra Livre* 2016; 2(42):131-62.

Artigo Recebido: 02.09.2016

Aprovado para publicação: 21.03.2017

Renata Bernardes Faria Campos

Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Engenharia.

Rua Israel Pinheiro – 2000. São Pedro

35020220 - Governador Valadares, MG - Brasil

Telefone: (33) 32795500

Email: rbfcampos@gmail.com
